



Anais da Assembléia

Nº 047

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 35.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1991

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio, secretariada pelo Sr. Deputado João Arruda e pela Sra. Deputada Emília Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zannusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados Anibal Khury, Dobrandino da Silva, Élio Rusch, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nilton César Servo e Orlando Pesuti (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Sr. Presidente, na sessão anterior eu havia solicitado a minha inscrição para explicações pessoais, conforme faculta o art. 91 e seus §§ 6º e 7º do Regimento Interno e a sessão foi levantada sem que me fosse dada a palavra.

Então, eu gostaria que tal fato constasse da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nós queremos crer que em consequência de um pequeno tumulto que aconteceu no final da sessão, tenha até passado despercebido pelo Presidente da Mesa, mas Vossa Excelência poderá fazer uso da palavra durante a sessão de hoje, inclusive.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu apenas gostaria que constasse o fato na Ata, tanto que solicitei ao final da sessão, reivindiquei o uso das explicações pessoais e não fui atendido. Eu gostaria que constasse essa observação, na Ata.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Faremos constar da Ata.
Em votação a Ata. - Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 32/91, que regulamenta o repasse de recursos dos convênios entre Estados e municípios na área educacional.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 106/91, para apreciar e emitir parecer ao substitutivo geral.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 126/91, para apreciar e emitir parecer ao substitutivo geral.

Sala das Sessões, em 06.05.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

REQUERIMENTO N° 957

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvida a Casa, o que se segue:

a) a retirada da pauta dos trabalhos, por 03 (três) sessões, do Projeto de Resolução n° 022/91;

b) não sendo de minha autoria o supra-mencionado projeto, requeiro seja procedida tal retificação, fazendo constar na Ordem do Dia a autoria correta.

Sala das Sessões, em 06.05.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Casa, votos de congratulações ao Conselho Estadual da Comunidade Portuguesa do Paraná, na pessoa do seu Presidente, Doutor Amorim Pedrosa Moleirinho, pelas solenidades de seus 10 (dez) anos realizadas no último dia 04 (quatro), na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 06.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

No mês de março próximo findo, a Comunidade Portuguesa do Paraná, organizada sob a forma de Conselho Estadual, e Conselhos Regionais, completaram dez (10) anos de existência, sendo a data festivamente comemorada na cidade de Maringá, quando foram homenageadas personalidades que mais se destacaram, recebendo o título de "PERSONALIDADE LUSÍADA/91", com a presença de representantes das cidades irmãs portuguesas: Leiria, Guimarães e Castelo Branco.

REQUERIMENTO N° 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de um voto de congratulações e regozijo à Direção da Binacional Itaipu, pela inauguração da 18ª turbina e conclusão das obras da usina, considerada a obra do século.

Requer, outrossim se dê ciência da decisão desta Casa ao Diretor Geral Brasileiro da Itaipu, senhor Fernando Xavier Ferreira.

Sala das Sessões, em 06.05.91

(a) COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil inteiro se rejubila, hoje, com a conclusão das obras da Usina da Hidroelétrica de Itaipu, após 16 anos de trabalhos.

O acontecimento é deveras marcante e enche de orgulho os brasileiros e, de ma-

neira muito especial, os paranaenses. Realmente, Itaipu é um símbolo da capacidade empreendedora de nosso povo, que não mediu esforços para ver concretizada aquela que já é considerada - e sem dúvida o é - a obra do século.

De fato, foram toneladas e toneladas de cimento e de ferro. Mas foram, sobretudo, empregados na obra conhecimentos e técnicas que mostram, ao mundo, de que é capaz o homem brasileiro.

Itaipu é, hoje, mostra eloquente do fôlego do trabalhador brasileiro e de seu preparo para enfrentar e vencer os grandes desafios.

Iniciada em 1974, com a assinatura de um protocolo entre Brasil e Paraguai, a grande usina é a maior do mundo e, sozinha fornecerá 35% da energia utilizada pelo Brasil, sua construção, conduzida sempre com determinação por diretores altamente capacitados, exigiu sacrifícios sem conta. Não apenas pela demanda de recursos, obrigando o país a contrair empréstimos que só serão totalmente pagos por volta de 2.023, mas também pela extensa área inundada, compreendendo terras de 11 municípios, sem contar o sepultamento das Sete Quedas, em Guaíra, e construção de Itaipu representa um marco na história do Brasil. Graças a ela, afasta-se a ameaça de um possível racionamento de energia, de conseqüências certamente funestas para o desenvolvimento e a economia do país.

Em razão de tudo isso, esta Assembléia Legislativa não pode ficar alheia ao grande acontecimento que hoje o Brasil inteiro celebra, ou seja a inauguração da 18ª turbina e a conclusão das obras da usina hidrelétrica de Itaipu. Daí, a certeza de que esta manifestação traduz o sentimento de todos os paranaenses, orgulhosos de mais essa contribuição que o Estado dá ao País e que, ao mesmo tempo, há de representar valioso instrumento de desenvolvimento para os municípios que tiveram suas terras inundadas pelas águas do grande lago.

REQUERIMENTO N° 951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja constado nos anais desta Casa, Votos de Congratulações à RÁDIO NAJUA de Irati, dirigidos os cumprimentos ao Senhor Nagib Harmuch.

Com uma linguagem dinâmica, atual e com uma forte presença popular, a RÁDIO NAJUA, indiscutivelmente constitui em um dos marcos culturais mais importantes, não apenas daquele Município, mas de toda a Região Centro-Sul.

Tanto no jornalismo como no lazer, a emissora tem sabido corresponder, de modo indelével, as verdadeiras aspirações da sua gente, sendo a sua voz vibrante e ativa.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é com regozijo que fazemos constar nos anais deste Poder Legislativo os nossos melhores cumprimentos à Rádio NAJUA, pelos seus 14 anos, completados dia 1º reconhecendo sobretudo a profunda identidade que ela guarda com a nossa história e certamente o nosso futuro.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 955

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello, manifestando voto de desagrado pelo encaminhamento do Projeto de Custeio da Previdência enviado ao Congresso Nacional na semana próxima passada, por não ter contemplado no referido Projeto de Lei, o disposto no artigo 202, inciso I, da Constituição Federal, que assegura a aposentadoria ao trabalhador rural aos 60 anos de idade e aos 55 anos para a trabalhadora rural, numa clara demonstração de desprezo ao homem do campo, tirando-lhe de forma arbitrária um direito líquido, certo e garantido pela Constituição Federal, e requer ainda seja dada ciência do presente à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná e a todos os sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

Doutor ROSINHA

ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 956

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário envio de expediente aos Presidentes da Câmara e do Senado Federal, e aos Líderes dos Partidos com representação no Congresso Nacional, manifestando posição contrária da Assembléia Legislativa do Paraná, ao Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente Fernando Collor de Mello, que institui o Plano de Custeio da Previdência, e que não cumpre as exigências do inciso I do artigo 202 da Constituição Federal, que garante a aposentadoria ao trabalhador rural aos 60 anos e à trabalhadora rural aos 55 anos, numa clara demonstração do descumprimento à Constituição Federal e de desprezo aos

trabalhadores do campo, responsáveis pela produção de alimentos à nação e que não têm respeitados os mínimos direitos conquistados.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) ... Faremos constar da ata.

Finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna para me reportar a um dia muito importante, muito especial, passado na semana passada que foi o dia 1º de maio.

A importância deste dia internacional de luta dos trabalhadores no mundo inteiro, não poderia passar despercebido por esta Casa de Leis.

E por isto queremos nos reportar a fatos acontecidos neste dia, sabendo da importância e da origem do dia 1º de maio, que é o dia internacional de luta dos trabalhadores contra as injustiças, contra à exploração do capital, contra à exploração da classe trabalhadora no mundo inteiro.

Sabemos a origem deste dia, quando trabalhadores foram assassinados em praça pública em defesa dos seus direitos, em defesa da sua dignidade e de sua família.

No Estado do Paraná, não passou em branco o dia 1º de maio. Manifestações populares em todas as principais cidades do Estado ocorreram, a exemplo aqui de Curitiba com a romaria dos trabalhadores no centro da cidade.

Com satisfação, tive a oportunidade de participar de duas grandes mobilizações, nas cidades de Pato Branco e de Francisco Beltrão, no Sudoeste do nosso Estado.

Houve uma concentração de mais de mil pessoas em Pato Branco através de um ato público e de uma missa na praça da cidade. Em Francisco Beltrão, mais de duas mil pessoas se reuniram. Os trabalhadores se reúnem, talvez não para comemorar mas para celebrar este dia internacional de luta pelas conquistas dos seus direitos.

A situação dos trabalhadores neste dia não seria de comemoração, como não foi; mas sim de luta, de desagrado, de reclamações diante da situação em que vive a classe trabalhadora brasileira.

Após um ano de Governo Collor, temos a infelicidade de detectar que a perda do poder aquisitivo, do poder de compra dos trabalhadores caiu cerca de 41%. O salário mínimo é o menor da História do Brasil: 70

dólares apenas, quando constitucionalmente deveria ser mais de 300 dólares para satisfazer às necessidades básicas de uma família, como rege a nossa Constituição Federal. O desemprego em nosso País é uma calamidade pública. Só em São Paulo, mais de um milhão de trabalhadores estão desempregados.

As conquistas dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte não saíram do papel até hoje. E, para completar a dose, a dose "roxa" pela qual passam os trabalhadores brasileiros, principalmente o trabalhador rural, que não vê o seu direito constitucional garantido, quando a Constituição através do seu Art. 202 diz que "nenhuma aposentadoria deverá ser menor que um salário mínimo". Através da luta dos aposentados que já estão ganhando na justiça este direito constitucional, o Presidente da República envia ao Congresso um projeto de lei que vai demorar ainda, depois de três anos de espera, mais 90 dias para regulamentar o salário mínimo das aposentadorias. E, enquanto isto, mais de um milhão de trabalhadores rurais estão aguardando há mais de três anos a regulamentação do seu direito de receber um salário mínimo pela sua aposentadoria após 65 anos de idade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Constituição garante, no seu Art. 202, que a idade de aposentadoria do trabalhador rural é de 60 anos para o homem e 55 para a mulher.

No entanto, desrespeitando este Artigo da Constituição, impondo-se como superior à Constituição Federal, o Presidente Collor enviou ao Congresso um projeto de lei, regulamentando o salário mínimo, mas mantendo a idade de 65 anos e 60 anos respectivamente para o agricultor e a agricultora. O que é uma afronta à Constituição Federal, que reza este direito do Agricultor e da Agricultora de se aposentar aos 60 anos e aos 65 anos de idade respectivamente.

Estamos encaminhando à Mesa da Assembleia, e solicitando a este Plenário que aprove um expediente de desagrado desta Assembleia ao Presidente da República e também um Expediente ao Congresso Nacional que recuse de receber do Presidente da República este projeto de lei, que não cumpre a Constituição Federal e que não cumpre a data ou melhor, o limite da idade de aposentadoria para o agricultor no nosso Estado e no nosso País.

Solicitamos o empenho e o apoio dos Senhores Deputados, nesse expediente para que o Congresso Nacional, repugne esta arbitrariedade do autoritarismo que se implanta através do Governo Collor, desrespeitando a Constituição Federal, no seu Artigo nº 202. Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, ainda concedo a palavra ao Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Hoje, é um dia histórico para o Brasil, porque hoje se inaugurou a etapa final da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior obra do mundo, a maior obra do século, dezesseis anos de trabalho de investimento e uma obra que abastece o Brasil, com trinta por cento da energia consumida, que abastece totalmente a energia consumida pelo Paraguai, não resta dúvida, é um motivo de comemorar esta grande obra, essa construção que integra dois Países irmãos, o Brasil e o Paraguai.

Entretanto, além de comemorar a inauguração dessa grande obra, é oportuno, que não se deixe passar despercebido que esta obra, nós acreditamos que ainda não está concluída.

Nós tivemos oportunidade desta tribuna, juntamente com outros colegas Deputados, denunciar a violência, os crimes, o contrabando e as mortes de cidadãos do Oeste do Paraná, próximos ao Lago de Itaipu.

Na última quinta-feira, o próprio Governador do Estado, visitando Toledo, anunciava que agora o Governo do Paraguai, está fechado com o Paraná, na questão da segurança e da violência no Lago de Itaipu. Por isso, acreditamos que essa obra, para estar concluída, ainda tem que resolver esse grave problema de segurança dos moradores do Oeste do Paraná. Temos aqui em mãos igualmente, uma grave denúncia de um geólogo gaúcho, Sandor Grehs, Diretor do Centro de Censoriamento Remoto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ex-assessor, ex-coordenador de recursos naturais do Ministério do Interior.

Ele denuncia que Itaipu, se não forem tomadas providências para o reflorestamento da Bacia do Rio Paraná, dentro de trinta anos, não fornecerá mais energia. Terá apenas uma vida útil de no máximo trinta anos. E, destaca ainda, que se fosse hoje as Instituições Financeiras, não liberariam um tostão para a sua construção, pelo que ela representa de danos ao meio ambiente.

A gravidade de tal denúncia nos faz encaminhar, através desta Assembleia, um pedido de informações à Secretaria do Meio Ambiente do Paraná, juntamente ao ITCF, para em conjunto com o IBAMA e a direção de Itaipu, possam informar se o projeto de reflorestamento da Bacia do Rio Paraná está sendo executado, e se realmente está sendo levado a sério a questão do meio ambiente.

O geólogo Sandor Grehs defende a reversão deste quadro com um projeto de reflorestamento de toda a Bacia do Rio Paraná, com ênfase para a reconstituição da mata nativa das margens, dos afluentes, nas cabeceiras de rios e arroios. Nós queremos que esta obra, que foi inaugurada hoje, não fique apenas com esta inauguração. Mas, que se leve a sério em todas as providências, quanto ao meio ambiente, ao reflorestamento, à perenidade e à eternidade desta obra, fornecendo energia ao Brasil, ao Paraguai, e possa, de fato, ser o orgulho dos brasileiros, com a certeza de que vamos cuidar para que nenhum detalhe fique omissa e não possamos, no futuro, ser acusados de ver 20 bilhões de dólares investidos numa obra que terá uma duração curta. Queremos que esta obra seja perene, seja eterna, e as novas gerações possam, através do progresso da energia, construir um futuro e um mundo melhores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos ao Grande Expediente. Concedemos a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Na sessão anterior, ainda na semana passada, houve uma acusação por parte de um Parlamentar acerca de um jornal mural que trazia uma série de informações sobre fatos que ocorrem a nível de Estado e também a nível de Assembléia Legislativa do Paraná.

Acusou-se, sem o devido direito à resposta, de que aquele documento era um documento apócrifo e que não trazia a identificação de seus autores.

Após esta afirmação, tivemos que suportar acusações tais como de covardia, pela confecção de um boletim e pela manutenção do anonimato.

Até esta acusação gerou, por parte da Presidência desta Casa, a atitude de convocar a Polícia Federal para cassar, ou melhor, para apurar os autores do referido jornal mural.

Quero dizer aqui, de público, que este jornal é de exclusiva e inteira responsabilidade do meu gabinete parlamentar, e mais do que isso: o meu nome vem visivelmente e em letras garrafais impresso no citado documento, trazendo, inclusive o nome do jornalista responsável por aquele documento.

Portanto, assumo aqui. Jamais ocultaria o fato de ter sido autor daquele documento. O que é mais grave e me causou profunda comoção foi ver um companheiro, Deputado desta Casa, de um partido que se

diz partido irmão na luta pelo socialismo, falar por várias vezes em cassação de mandato por decoro parlamentar. Mais do que isso: tive que suportar calado, porque não me foi dado direito à resposta; acusações vindas de outra pessoa que falava e reclamava sobre a atitude de atacar o Poder Legislativo que, segundo ele, aquele documento trazia, o ataque ao Poder Legislativo!

Foi duro suportar ainda mais sabendo que se tratava de Parlamentar que, na nossa opinião, contribuiu e muito, para a já tão abalada credibilidade do Poder Legislativo.

Senhor Presidente, acho que cabe aqui uma análise histórica sobre este abalo na sua credibilidade e respeito que o Poder Legislativo sofre por parte da nossa população. É preciso lembrarmos que um dos raros países do mundo ocorreu o fato que foi a convivência do Parlamento, da instituição do Poder Legislativo junto com o regime autoritário, com a ditadura militar é o nosso. O fato do Poder Legislativo, historicamente, ter-se submetido à tutela do poder militar, gerou muitos vícios que, infelizmente, até hoje abalam a nossa instituição. É duro, Senhor Presidente, ter que reconhecer isso! E mais duro é ter que ouvir acusações que falam em covardia, para a nossa pessoa, de alguém que durante toda a sua vida como Parlamentar sequer usou a prerrogativa, o poder que esta instituição teve para levantar a sua voz em favor da democracia! Passou a sua vida inteira, de homem público, lustrando botas de general, e até hoje não passa de um velho capacho do Poder, sempre, sempre fiel e servil aquele que está no Poder!

Não, Senhor Presidente, nós temos a coragem de denunciar, e mais do que isso, temos a coragem de assumir os nossos atos! Não fomos eleitos por um Partido de Oposição para logo depois engrossarmos as fileiras daqueles que defendem o Poder constituído e em especial o Poder Executivo!

Mas nós estávamos falando sobre o Poder Legislativo e a importância desse Poder. Quando nós fazemos este tipo de documento, quando nós divulgamos e temos a coragem de divulgar estes documentos, mesmo sabendo que iremos receber represálias e a falta de simpatia de muitos colegas aqui é porque nós estamos dispostos a empreender uma missão maior, nesta Casa!

Se alguém desmoralizou este Poder, responsável por 65% dos votos brancos e nulos da última eleição, não foram denúncias, mas sim foram atitudes contrárias à Constituição, ao direito dos cidadãos!

Eu quero aqui, Senhor Presidente, citar alguns fatos, diz, e eu acho que tem gente que precisa começar a estudar e a

entender a Constituição. Diz aqui, nos princípios do Estado do Paraná, no seu Artigo 1º: "respeito à Constituição, à defesa da igualdade, a prestação eficiente dos serviços públicos", e observem Senhores, "o respeito incondicional à moralidade e à probidade pública". Isso é um dos preceitos, um dos maiores preceitos constitucionais que nós temos!

Os princípios da administração contemplam, entre outros, no seu Artigo 27, os princípios da moralidade, legalidade e publicidade. Bom, é lamentável nós termos que vir à essa tribuna e trazer aqui vários requerimentos de pedidos de informações. Informações essas que já deveriam por força de lei estarem devidamente publicadas no Diário Oficial, estarem à disposição de todos e em especial dos Parlamentares, que têm a obrigação legal e constitucional em zelar por esses princípios que eu acabei de mencionar.

Temos aqui um requerimento perguntando sobre a aquisição de equipamentos de informática por esta Casa, datado do dia 01 de abril de 1991, e até o momento não obteve resposta; temos outro requerimento datado do dia 05 de abril deste ano, solicitando informações sobre aquisição de equipamento hospitalar sobre o corpo clínico da Casa, sem resposta; temos aqui um requerimento pedindo informações sobre veículos da Assembléia Legislativa do Paraná, mais de trinta dias sem resposta; temos aqui requerendo informações sobre servidores da Assembléia, que aliás está no dispositivo constitucional, que não foi publicado por nenhum dos Poderes deste Estado, há mais de trinta dias sem resposta. Então, Senhores Deputados, eu quero apenas lembrar que o artigo 5º da Constituição Federal diz o seguinte: "É assegurado a todos o acesso a informações e resguardado o sigilo da fonte quanto necessário ao exercício profissional". Mais ainda, o dispositivo constitucional diz: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, ou geral, que serão prestados no prazo da lei sob pena de responsabilidade". Diz mais o artigo 27 da Constituição Estadual, não bastasse a Federal: "A sonegação e o fornecimento incompleto ou incorreto, ou a demora na prestação de informações públicas importam em responsabilidade punível na forma da lei". O mesmo dispositivo também consta do nosso Regimento Interno, artigo 135 e 136 do Regimento Interno da Casa.

Ora Senhores Deputados, eu acho que está claro para todos nós que abalar a credibilidade do Poder Legislativo é não obedecer o que determina a lei, mais do que isso, houve gente aqui nesta Casa que pediu até a cassação de mandato dos res-

ponsáveis, no caso sou eu porque assumo a responsabilidade por aquele panfleto e por este que está aqui, pediu a cassação pela falta de decoro parlamentar. Vamos mais uma vez saber o que é falta de decoro parlamentar: "É incompatível com o decoro Parlamentar, diz o artigo 239 do Regimento Interno, o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membros da Assembléia Legislativa, o abuso de prerrogativas legais, não cumprir a lei e se escudar nas prerrogativas do nosso Poder, a percepção de vantagens indevidas, a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou encargos dele decorrentes". Mais ainda, o artigo 241 diz: "Que a sanção de perda temporária do exercício do mandato, dentre elas praticar transgressão grave ou reiterada dos preceitos no Regimento Interno e do código de ética e decoro Parlamentar".

Bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, me parece que informar quanto ganham os Deputados, segundo o artigo 27 da Constituição Federal atende um dos princípios da publicidade. Fazer, infelizmente é necessário ter que fazer isso para provocar uma reação e para que nós possamos ter acesso à lista dos funcionários da Assembléia. Isso é falta de decoro parlamentar, ou então o descumprimento do que dispõe a Constituição Federal, Estadual e o Regimento Interno.

Eu quero aqui de público desafiar publicamente, aqueles que falaram em cassação de mandato que levem a frente esta ameaça. Quero ver se existe aqui, aqueles que levantaram este pedido, coragem de me colocar no banco dos réus. Coragem de me colocar no banco dos réus por estar aqui simplesmente nesta Casa, com coragem, sob ameaças, mas tendo que dizer claramente o caminho que temos que tomar para resgatar o respeito e a dignidade deste Poder!

Quero dizer aqui, aos Senhores Deputados, que espero um dia sair desta Casa, neste meu primeiro e único mandato, pelo menos tendo a possibilidade de fazer um jornal igual a este. E dizer ao povo do Paraná que a Assembléia Legislativa começou um processo de democratização, de transparência, de moralidade, de respeito ao direito do nosso povo!

Quero fazer um jornal para elogiar esta Casa. E aí, Senhores Deputados, como muitos me cobraram, quando fizermos isto teremos autoridade moral para iniciar uma devassa necessária em outros Poderes deste Estado. Em especial do Poder Executivo, do qual a imprensa muitas vezes nada fala, porque é sustentada pelos recursos públicos em verbas de publicidade. Ou então, quando se calam e não denunciam o Poder Judiciário porque têm medo daquele Poder, como o povo pobre, miserável, tem medo da

Polícia.

Aí, Senhores Deputados, teremos coragem e autoridade moral para exigir o respeito à esta instituição.

Quero lembrar, com muita dor, aqueles que assinaram este documento, vinte e cinco signatários que fizemos quando da eleição para a Mesa desta Casa. Quero ter o prazer de tirar uma fotocópia e entregar a cada um dos vinte e cinco. E verão que atitudes como esta são atitudes de indignação pela não implantação destas propostas que nós todos, 25, assumimos, queríamos executar. Propostas que se tornam cada dia mais importantes e necessárias para este Poder.

Quero, por último, pedir aos meus colegas que tenham a mesma indignação, a mesma revolta, quando a Bancada do PT sofrer a discriminação que temos sofrido até agora. Não vi um gesto de solidariedade pública por estarmos até hoje sem nosso gabinete... Por ter sido violado por seguranças, sem aviso prévio, sem nada... Um pedido de informação que pousa sobre a Presidência desta Casa desde o dia 02 de fevereiro e até agora sequer resposta teve...

Quero fazer um apelo aos Senhores Deputados para finalizar minha intervenção. Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos muita consciência da importância que o Poder Legislativo tem na garantia de um regime democrático. Mais do que isto, o Poder Legislativo é o único Poder, num regime democrático, que absorve todas as contradições da sociedade e, por isso mesmo, é uma Casa de debate, de discussão, de discórdia, mas que tem a missão de fazer uma síntese do que a sociedade pretende e encaminhar as reivindicações dela. Temos consciência de que somente o Poder Legislativo aberto à participação popular desapegado de seus privilégios, um Poder Legislativo que tenha a coragem de enfrentar os outros Poderes de cabeça erguida, somente esse Poder quando tiver essa condição poderá resgatar no meio do nosso povo o respeito à democracia.

Eu quero que pensem e façam uma reflexão comigo, se hoje, nesse momento do nosso País os tanques militares fossem às ruas e fechassem as instituições nós sabemos que o povo iria possivelmente à praça para aplaudir essa decisão, tal é a repulsa que o nosso povo tem hoje pela chamada classe política. Agora, nós não vamos resgatar esse respeito à nossa dignidade nos tornando cúmplices ou fazendo vistas grossas a privilégios que não estão ao alcance do nosso povo tão sofrido. Por isso, Senhores Deputados, quero pedir ao Senhor Presidente da Assembléia que está em exercício, Deputado Algaci, que mantenha a decisão do ilustre Presidente e titular des-

ta Casa e chame, realmente, aqui na Assembléia a Polícia Federal, não para averiguar a autoria desse panfleto, porque isso já foi assumido por nós, mas por fazer uma das coisas que nós pretendíamos fazer quando vinte e cinco Parlamentares desta Casa fizeram um documento sobre a importância e a necessidade de se realizar uma auditoria aqui na Assembléia.

Então quero fazer este apelo, este pedido, acho que existem muitas coisas a serem esclarecidas, e tenho certeza, alguns poderão ser atingidos, mas o Poder irá ganhar com isso, com certeza a democracia muito mais.

Obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos ao Horário das Lideranças.

PT com a palavra; PL; PDT; PFL; PSD; PSDB; PRN; PMDB; PTB. Todos declinam.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 82/91, que altera a alínea "a" do artigo 1º da Lei nº 4766, de 16 de novembro de 1963 (Funcionários IPE). Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22, de 19.03.91).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 126/91, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, que autoriza a conversão em cabines duplas os veículos tipo pick-up ou caminhonetes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 126/91, para apreciar e emitir parecer ao Substitutivo Geral. - Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Há um pedido de retirada do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Alega o Deputado Colombino Grassano que o projeto não passou na CCJ para o substitutivo do projeto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para en-

caminhar o requerimento?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O projeto e o requerimento, se possível?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação o requerimento ao projeto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Há um requerimento para retirada, é isso que entendi?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está sendo votado neste momento, Deputado o requerimento que pede a retirada da Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Quero a palavra para discutir o requerimento.
(Para discutir).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Discutir) - Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Eu até estranho quando da solicitação da retirada do nosso projeto uma vez que, quando o projeto sofreu a emenda do Deputado Colombino Grassano e do Deputado João Preis, eu questionei ao Presidente da Mesa, no momento presidindo o Deputado Anibal Khury, em relação à urgência que nós temos na votação do nosso projeto. Nós sabemos que se estendeu o feriado no período de quinta e sexta-feira, quero até acreditar que uma das razões do pedido de retirada do nosso projeto seja em consequência de não ter sido apreciado pelas comissões em razão da Assembléia Legislativa estar fechada, mas eu solicitaria ao Presidente e às comissões competentes para dar o parecer que, se possível se abreviasse, porque nós estamos vivendo um momento de certa dificuldade em relação à essa polêmica que se criou no Paraná através do chefe da CIRETRAN.

Nós tentamos, não só o Deputado Dirceu Manfrinato, mas também o Deputado Severino Félix Pessoa, Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, conversar com o chefe da CIRETRAN para que amenizasse, pelo menos, algumas decisões que foram a apreensões de alguns veículos já transformados em cabines duplas. E nós não tivemos, na verdade, o respaldo na época e não houve também interesse do próprio chefe da CIRETRAN em discutir com os Deputados, não só da Bancada do PMDB, mas de vários Deputados de outros Partidos que têm assento nesta Casa; não houve tanto interesse do chefe da CIRETRAN, o que eu lamento profundamente, porque faço parte da equipe do governo, pertencço ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, quando o próprio Governador Roberto Requião também se elegeu dentro do nosso Partido. Então,

nós não fomos entendidos quando havia o desejo dos Parlamentares de discutir essa situação com o chefe da CIRETRAN. Nós caminhamos pelas prerrogativas que nos dão o direito através da legislação.

A nossa preocupação com o desemprego, a nossa preocupação com os empresários do ramo fez, então, com que nós encaminhássemos para apreciação dos Senhores Deputados este Projeto de Lei nº 126/91 para terminarmos de vez com as preocupações dos empresários e até mesmo das pessoas que possuem veículos deste tipo.

Eu faço um apelo ao Senhor Presidente, ao ilustre Deputado Colombino Grassano e aos demais presidentes das comissões para que nós nos reuníssemos, então, pelo menos hoje à tarde ou amanhã, para dar o parecer para que este projeto tenha a sua tramitação normal nesta Casa.

E aproveitando, Senhor Presidente. Este é o País da contravenção. Veja, quando nós questionamos aqui a questão das usinas de álcool e os veículos que transportam cana, 50% no mínimo era a óleo diesel. E hoje nós temos aqui, eu quero trazer para que os Senhores Deputados também tenham a oportunidade de ver, a revista "Quatro Rodas", do dia 31 de abril, dizendo que o Governo liberou as peruas Veraneio a diesel. Então, nós estamos em um País onde não há seriedade nas decisões, porque uma vez que estão proibindo as camionetes, que também têm a sua participação no setor utilitário, e nós estamos vivendo aqui uma dúvida, inclusive me parece até que há a possibilidade do nosso projeto ser vetado por ser inconstitucional, mas que eu não acredito nela quando acreditamos que é uma resolução do CONTRAN em Brasília, mas mesmo assim, nós vamos deixar com que o projeto tenha sua tramitação normal, a não ser que com a ressalva que faço, que seja por uma decisão da Liderança do meu partido se pedir a retirada ou alguma medida da minha bancada ou dos Senhores Deputados, mas eu já quero antecipar de que não retirarei esse projeto que está sendo votado para regulamentar essa decisão no Paraná.

Então está aqui, ilustre Presidente, Senhores Deputados, quando já se libera a perua Veraneio a diesel, que na verdade este é um carro de passeio, então nós estamos vivendo num Brasil que a gente não sabe quais são os fatos reais que vivemos, porque ontem foi uma coisa, hoje é outra e amanhã será outra.

Eu espero que aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela dignidade dos Senhores Parlamentares, nós manteremos a mesma posição para que esse projeto seja aprovado com a maior urgência possível.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Não vou me preocupar em levar ao conhecimento desta Casa, porque já está a nossa emenda, minha e do Senhor Deputado João Preis, distribuída a todos os parlamentares para apreciação em segunda discussão, porque fizemos uma emenda dando uma redação mais consentânea com o problema da cabine dupla, em vez de conversão, substituição e estendendo para todos os tipos de combustível.

Assim sendo será uma emenda que dará a oportunidade para que todos tenham não só o seu veículo, que é tido como de passeio e que não é, porque a cabine dupla também serve para o trabalho é uma substituição que permite transportar mais pessoas, mas o que me preocupa, Senhor Presidente, ao pedir a retirada da Ordem do Dia e que volte para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça é no sentido do Regimento Interno.

Como Presidente da C.C.J., assumo inteira responsabilidade dos atos que pratico e procuro exercitar esta Presidência na sua plenitude e respeitando o Regimento Interno, porque não foi para minha comissão apreciar a emenda também de minha autoria e do Senhor Deputado João Preis, o que a Comissão de Constituição e Justiça deseja, espera é que os Senhores Deputados, mantendo o Regimento Interno em pleno vigor, possa restabelecer a toda a força e toda competência dessa comissão.

Nós não podemos tropeçar a cada dia no Regimento Interno. Nós não podemos esquecê-lo. Não podemos omiti-lo. Não podemos de qualquer forma deixar de aplicá-lo em todos os momentos da Assembléia Legislativa do Paraná.

Esta é a minha preocupação. Preocupação que deve ser também neste instante de todos os membros desta comissão e para tanto nós fizemos no dia de hoje uma reunião extraordinária.

Convoquei para amanhã uma nova reunião da C.C.J., para demonstrar que nós estamos preocupados em que toda a matéria que seja objeto de apreciação por parte da nossa comissão não se atrase para apresentar-se ao plenário da Assembléia Legislativa.

Ainda no dia de hoje, na reunião, pedi aos Senhores Deputados que estivessem com projetos com mais de quinze dias para serem relatados e que não foram, que devolvessem à Presidência e nós iríamos designar novo Relator.

A nossa preocupação é cumprir o Regimento Interno sem retardar de qualquer forma a tramitação dos projetos pela comissão e também pelo plenário.

Por esta razão eu solicitaria dos Senhores Deputados que apreciando o requeri-

mento, que não é para tumultuar, nem ao menos para adiar uma votação, que terá aprovação unânime desta Casa, mas simplesmente Senhores Deputados, para que possamos cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno que é a norma dos nossos trabalhos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, apenas para dizer e esclarecer ao Deputado Colombino Grassano, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, de que em momento algum foi o nosso desejo em nosso discurso de encaminhamento de votação ao requerimento de autoria de Vossa Excelência de que não se passasse pelas Comissões. Eu até defendo e sempre defendi as Comissões Permanentes desta Casa. Se nós temos as Comissões elas têm que ser respeitadas. Nós questionamos anteriormente até com relação àquele episódio que nós tivemos da greve da Universidade e eu pedi que fosse respeitada a Comissão de Educação.

Então, eu parabenizo Vossa Excelência por esta forma de pedir que realmente os Projetos têm que passar, que este também sempre foi o nosso desejo e o nosso ponto de vista. Agora eu gostaria de pedir a Vossa Excelência de que se essa reunião fosse possível amanhã, nós estaríamos ganhando tempo de uma polêmica que se arrasta em nosso Estado. Então, somos favoráveis, tanto é que quando Vossa Excelência deu entrada nessa emenda e que nos ajudou com embasamento jurídico maior até, inclusive, nós fizemos um contato por telefone e eu disse a Vossa Excelência de que aceitaria realmente a sua proposta na emenda com muito prazer em nosso Projeto, uma vez que houvesse um entendimento com o Deputado João Preis da região de Maringá, que o mesmo também já tinha uma emenda pronta. E houve o bom senso de Vossa Excelência, o bom senso do Deputado João Preis, e os dois adentraram com a emenda. Então, parabenizo Vossa Excelência, mas em nenhum momento nós desejamos que as Comissões fossem desconhecidas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Senhor

Presidente, tenha a certeza de que tanto o autor do Projeto como o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça têm a maior boa vontade, o maior interesse em fazer realmente com que esse projeto chegue ao Plenário na melhor condição possível para votação e nós pedimos então ao Deputado Colombino de que faça essa apreciação dessa emenda no dia de amanhã e na quarta-feira o projeto volta à Ordem do Dia.

Em votação o requerimento de autoria do Deputado Colombino Grassano que pede a

retirada do Projeto de Lei nº 126/91. Em discussão. Em votação. APROVADO. O projeto volta na próxima quarta-feira.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério e outros, que altera a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 - Seção I - Das sessões públicas do Regimento Interno. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. (Publ. no D.A. nº 17, de 12.03.91).

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/91

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, visa alterar a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 (Seção I - das Sessões Públicas) do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão Executiva a opinar, entende que a propositura em questão é bem vinda e oportuna, já que sua aprovação acarretará uma maior agilização dos trabalhos no douto Plenário e facilitará, diretamente, a nobre atuação parlamentar dos representantes do povo paranaense eleitos legítima e democraticamente.

Assim sendo, nestas condições e pelo elevado mérito da proposição em tela, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Resolução nº 022/91. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Esse requerimento foi subscrito por qual Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Erondy Silvério.

Deputados que forem favoráveis à retirada do Projeto permaneçam como estão. APROVADO. Fica portanto, retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, o Projeto de Resolução nº 022/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, que isenta da Taxa de Segurança conforme especifica, os atos e documentos relativos à identidade civil. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 26.02.91).

Curitiba, segunda, em 06.05.91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 26/91

PARECER:

De autoria do Deputado Carlos Simões que tem por finalidade isentar os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 17 anos, pelo período de 2 (dois) anos, do pagamento da taxa de segurança de que tratam as leis nº 7.257 de 30.11.79 e nº 7.812 de 29.12.83.

No que concerne à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça que deve se manifestar pelos aspectos legais e constitucionais da matéria, não encontramos nenhum impedimento à sua tramitação normal nesta Casa.

Nossa parecer é favorável, opinando-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

OVÍDIO CONSTANTINO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 26/91

PARECER:

O Deputado Carlos Simões, através do presente plano, objetiva isentar da Taxa de Segurança Pública os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de 17 anos de idade, por um período de dois anos.

O projeto vem tendo tramitação normal, tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em sua justificativa, com grande propriedade e considerando o alcance social da medida, o autor lembra o grande contingente migratório, vindo do campo para os grandes centros urbanos, em busca de emprego, composto por pessoas carentes de recursos e que dependem da aquisição dos documentos necessários para conseguir a tão almejada colocação.

Considerando que o bem estar social, privilegiando-se os mais carentes, é o objetivo fundamental do Estado, que deve ser perseguido incansavelmente e, considerando ainda, que o projeto de lei não traz qualquer inovação, pois a isenção temporária do pagamento da Taxa de Segurança Pública já foi adotada anteriormente, através da Lei nº 8473, de 04 de maio de 1987, vigindo até 31 de dezembro de 1988, não vemos qualquer motivo para opinarmos em contrário.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20.03.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;

JOÃO IENSEN - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 26/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do

Excelentíssimo Senhor Deputado Carlos Si-
mões, objetiva isentar as pessoas maiores
de 17 anos do pagamento da Taxa de Segu-
rança Pública de que tratam as Leis n.ºs
7.257, de 30 de novembro de 1979, e 7.812,
de 29 de dezembro de 1983.

Para a análise da proposição em tela,
cumpre ao presente relato louvar a inicia-
tiva, pois há muito urgem-se providências
no sentido de nova regulamentação à isen-
ção temporária do pagamento da Taxa de Se-
gurança Pública, haja vista a perda de
eficácia da Lei n.º 8.473, que vigiu no pe-
ríodo de 04 de maio de 1987 até 31 de de-
zembro de 1988.

Sendo assim, esta Comissão de Seguran-
ça Pública dá seu parecer FAVORÁVEL, opi-
nando pela APROVAÇÃO do presente plano de
lei, nada encontrando que possa obstar a
sua normal tramitação processual legisla-
tiva, estando a matéria em condições de
ser apreciada pelo egrégio Plenário desta
Casa de Leis.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 22.04.91

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente;
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º
047/91, de autoria do Deputado Algaci Tú-
lio, que isenta mais de sessenta e cinco
anos do pagamento das taxas para expedição
da segunda via de Certidão de Nascimento,
Casamento e Óbito. Com PARECERES FAVORÁ-
VEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unani-
midade. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 16, de
11.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 047/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o
Projeto de Lei n.º 047/91, objetiva isentar
as pessoas com mais de 65 anos do pagamen-
to das taxas de expedição de 2.^a via de
certidões de nascimento, casamento e óbi-
to, aos residentes em território Paranaen-
se.

O Projeto ora em discussão, encontra
amparo legal no art. 13, inciso IV da
Constituição Estadual, com sua competência
delimitada pelo art. 53 da mesma Carta.

Diante do exposto, nosso Parecer é pe-
la continuidade do Projeto ora em aprecia-
ção.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
OVÍDIO CONSTANTINO - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 47/91

P A R E C E R:

O Nobre Deputado Algaci Túlio é o au-
tor do projeto em epígrafe, através do

qual se pretende conceder isenção às pes-
soas com mais de 65 anos de idade, de ta-
xas de expedição, segundas vias de certi-
dões de nascimento, casamento ou óbito.

Tendo sido examinado pelas Comissões
de Constituição e Justiça e de Finanças,
mereceu, em ambas, parecer favorável.

A iniciativa, que traduz a preocupação
de seu autor com o bem-estar das pessoas
idosas, é merecedora de nosso mais caloro-
so aplauso.

Opinando, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15.04.91

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente;
JOÃO IENSEN - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 047/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n.º 047/91, de autoria
do nobre Deputado Algaci Túlio, visa isen-
tar as pessoas idosas com mais de 65 anos
de idade do pagamento de taxas de expedi-
ção de 2.^a vias de certidão de nascimento,
casamento e óbito, residentes no Paraná.

A matéria em tela recebeu aprovação da
Comissão de Constituição e Justiça, desta
augusta Casa de Leis, quanto ao seu aspec-
ti legal e constitucional e, diante do que
preconiza também a nossa Constituição Es-
tadual, no seu artigo 223, que ao Estado,
tal como a família e a sociedade, compete
uma participação mais efetiva no amparo à
pessoa idosa, na defesa de sua dignidade e
bem-estar, propiciando-lhes fácil acesso
aos bens e serviços coletivos, somos de
parecer favorável a aprovação do presente
projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;
NELSON GARCIA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º
067/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos
Martins, que institui no âmbito do Estado
do Paraná, o prêmio "Estado do Paraná",
conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁ-
VEIS da C.C.J., e C.E.C.E., por unanimida-
de. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 19, de
14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 067/91 DE AUTORIA DO
ILUSTRE DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS.

SÚMULA: Cria o Prêmio "ESTADO DO PARANÁ"

Melhor analisado, concluímos que o
presente projeto de lei está em condições
de ser discutido e votado, nesta Comissão,
de conformidade com as disposições conti-
das no artigo 28, inciso II do Regimento
Interno.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.91

P A R E C E R:

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 067/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, tem por finalidade instituir no âmbito do Estado do Paraná, o prêmio "Estado do Paraná", conforme especifica.

Houve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça sobre o presente Projeto.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela Aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.04.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 074/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que dispõe sobre a divulgação das apreensões de veículos automotores furtados. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. (Public. no DA. n. 19 de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 74/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade dispor sobre a divulgação das apreensões de veículos automotores furtados.

No que concerne ao mérito, a proposição é de absoluta oportunidade, do ponto de vista legal e constitucional, que concerne a apreciação desta doughty Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nada que obste a tramitação do projeto em tela.

Nestas condições, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do projeto neste Poder, somos de opinião FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 74/91

De autoria do Ilustre Deputado Algaci Túlio, o presente plano de lei visa sobre a divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em Diário Oficial do Estado, quinzenalmente.

Analizada a matéria pela doughty Comissão de Constituição e Justiça, entendeu a mesma que não há qualquer óbice legal ou constitucional, sendo o seu parecer favorável aprovação da matéria.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a opinar sobre o que lhe compete - § 9º, do art. 33, do Regimento Interno desta - segue o mesmo entendimento da doughty Comissão de Constituição e Justiça, sendo seu Parecer, igualmente, pela Aprovação do Projeto de Lei n. 74/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.04.91.

(aa) LUIZ CARLOS ABORGHETTI

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

Em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Projeto, sem desmerecer os demais projetos da pauta na Ordem do Dia desta Casa, é de relevante importância social, é de relevante importância à comunidade paranaense que passa por problemas, que passa por uma série de formas de violência, de uma violência que é constante hoje no dia-a-dia da família brasileira que habita o Estado do Paraná: é o roubo do seu veículo, é o roubo do seu carro.

Este Projeto do Deputado Algaci Túlio diz o seguinte:

Art. 1º - "A Secretaria de Segurança Pública publicará quinzenalmente no "Diário Oficial do Estado" a lista de todos os carros roubados que forem apreendidos pela Polícia". Isto no Diário Oficial.

Na publicação o Deputado Algaci Túlio quer que conste as seguintes características do veículo: número de chassi, número da placa, a cor, o modelo, a marca, o ano de fabricação.

Eu estou entrando com uma emenda e quero ir mais longe neste Projeto: quero acrescentar um artigo que a Secretaria de Segurança Pública publicará também quinzenalmente nos órgãos de imprensa escrita, televisionada e falada a lista de todos os carros roubados no Estado do Paraná.

Veja a importância: próximo à minha cidade, indo para Porecatu, Sertaneja, eu disse isso aqui no ano passado e volto a repetir: dezenas de carros são barrados na fronteira, naquela nossa microrregião,

Cambé, Rolândia, Sertaneja, no posto da Polícia Rodoviária. O que é feito com os carros? Os carros são levados para uma delegacia de polícia e ali ficam apodrecendo no pátio da delegacia ninguém fica sabendo, através do Diário Oficial, ou através dos jornais do Estado do Paraná, ou através das emissoras de rádio, ou através das emissoras de televisão.

O Senhor pode ter um carro roubado, Deputado Toti, e o Senhor não sabe onde está o seu carro. De repente ele está abandonado numa delegacia de polícia, sendo usado como "cabrita". "Cabrita" na gíria policial é um carro que é roubado, abandonado e é usado pela Polícia.

E qual é o objetivo do Projeto do Deputado Algaci e da minha emenda? Além do Diário Oficial ... o trabalhador que às vezes tem o seu carro roubado não tem condições de comprar o "Diário Oficial", não recebe o "Diário Oficial". Agora se essa matéria for publicada paga na "Folha de Londrina", no "Correio de Notícias", no "Estado do Paraná", na "Rádio Clube Paranaense", na "Rádio Independência" na "Gazeta do Povo", na "Rede Paranaense de Televisão", em seus informativos. Matéria paga, sim Senhor. E ali o locutor vai dizer: atenção, Paraná: na delegacia tal está lá um Passat cor tal, um Santana cor tal, um Voyage, um Fusca, placa, chassis. Você em casa, caro Deputado, vai se ligar: o meu carro foi achado. Então, imediatamente você vai entrar em contato com a Secretaria da Segurança Pública para reaver o seu veículo. Em vez de o seu carro ficar abandonado dentro de uma delegacia de polícia, no pátio da delegacia de polícia tomando sol, tomando chuva e sendo usado como "cabrita" pela polícia do Paraná, você, lendo no jornal "A Folha de Londrina", lendo no "O Estado do Paraná", ou no "Correio ou nos jornais do interior, lá no "Paraná", de Cascavel, nos jornais de Umuarama, de Cambé, de Ibiporã, de Rolândia, seja um panfletozinho, a obrigação do Governo é escolher os jornais e divulgar esses veículos que foram roubados.

Essa é uma emenda que eu vou dar entrada na Sessão de amanhã e gostaria de contar com o apoio de todos os Senhores Deputados desta Casa e do meu querido Deputado José Tavares que já prestou relevantes serviços como delegado de Polícia também, e sabe que o que eu estou falando é a mais pura realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em discussão o Projeto n. 74/91.

Em votação. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 106/91, de autoria do Tribunal de

Justiça/OF n. 21/91, que cria no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com Substitutivo Geral do Tribunal de Justiça.

PROJETO DE LEI N° 106/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos de provimento em Comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Alçada.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 106/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei oriundo do ofício n. 21/91 do Tribunal de Justiça tem por finalidade criar no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos todos com a simbologia DAS-4.

O plano de lei em estudo está em conformidade com o Art. 101 I "c" da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 106/91

PARECER N° 2711/91

Autor: PODER JUDICIÁRIO

Súmula:

"Cria cargos de provimento em Comissão de Assessor de Recursos, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada".

P A R E C E R:

A matéria versada é da competência privativa do Egrégio Tribunal de Justiça (art. 101, 1, "c", da Carta Estadual.

Dois cargos de Assessores de Recursos, no Quadro de Pessoal, são insignificantes, pelo excessivo número de Recursos que convergem para a Presidência daquela Corte de Justiça.

A agilização da Justiça é o objetivo maior do Tribunal de Justiça.

E o nosso também.

Ao Plenário para apreciação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

(Ofício n. 23/91, public. no DA. n. 41/91, de 23.04.91).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 106/91, para apreciar e emitir parecer ao Substitutivo Geral. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 106/91, para apreciar e emitir parecer ao Substitutivo Geral.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 111/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada Municipal, Pitanga/Mato Rico/Roncador. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ.no D.A.n° 30, de 08.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 111/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 111/91, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal Pitanga-Mato Rico-Roncador, com extensão de 75 Km.

Tratando-se de mera autorização legislativa, não fere qualquer dispositivo constitucional ou legal, merecendo, portanto, aprovação.

Sala das Comissões, em 16.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
JOÃO IENSEN - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 111/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal Pitanga-Mato Rico-Roncador, com extensão de 75 km.

A Proposição em tela visa oferecer melhores condições de tráfego numa estrada

que, a rigor, interliga três municípios, se considerarmos a recente emancipação política de Mato Rico, servindo uma região extremamente produtiva, que não possui outro meio de escoar as suas safras.

A matéria já foi analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, transportes e Comunicação não há nada que possa obstar a sua tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.91

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente;
DOBRANDINO DA SILVA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do artigo 1° da Lei n° 9.351 de 23.08.90, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 36, de 15.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 134/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva alterar a redação do Artigo 1°, da Lei n° 9.351 de 23 de agosto de 1990.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da presente Proposição, notamos o seu intuito de sanar o vício de forma constatada na criação do município de Brasilândia do Sul, pois havia dissentimentos na formulação dos limites territoriais do referido município, conforme comunicação feita através do ofício DGC/DETRE n° 11/91, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apenso ao Plano em exame.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da presente Proposição, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 23.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
ROSSONI - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 135/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de utilidade pública a Federação das Misericórdias e Hospitais

Filantropicos do Estado do Paraná - FEMI-PA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 36, de 15.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 135/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei em exame objetiva declarar de Utilidade Pública a Federação das Misericórdias e Hospitais Filantropicos do Paraná.

Obedecida a legislação que regulamenta a matéria, nada se pode objetar quanto à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
JOÃO IENSEN - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 138/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública o Lar Espiritual, Luz, Amor, Verdade, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 16.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 138/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei em epígrafe, pretende declarar de Utilidade Pública o Lar Espiritual Luz, Amor, Verdade, com sede e foro nesta Capital.

O projeto vem tramitando normalmente nesta Casa e tendo sido cumpridas as exigências da Lei n° 6994/78 de 10 de janeiro de 1978, merece Parecer favorável.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
JOÃO IENSEN - Relator.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, foi aprovada na Assembléia Legislativa, em sessões anteriores, uma comissão para negociar e intermediar a greve dos professores das Universidades. Os professores universitários de Maringá, voltaram ao serviço, com data para negociação, até o dia 13 de maio. Portanto, se faz mais presente ainda, a necessidade dessa audiência com o Sr. Governador. Por isso, de acordo com o artigo 20, inciso 29 que diz que "cabe ao senhor Presidente zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado", baseado neste artigo e nesse inciso, requeiro de Vossa Excelência esclarecimentos, se foi encaminhado, junto ao Poder Executivo e se já foi marcada essa audiência. O Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury tinha se colocado à disposi-

ção já há cerca de 10 dias atrás. Portanto, solicito da Presidência, informações se o Sr. Presidente já marcou essa audiência e se não o fez, eu solicitaria que a Mesa desta Casa fizesse com mais rápida urgência possível.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa vai providenciar mais uma vez o contato com o Presidente Deputado Anibal Khury, ainda no final da tarde de hoje, quando do seu regresso, justificando a sua ausência, pois o Presidente Anibal Khury foi representar a Assembléia Legislativa no ato de inauguração da complementação das obras de Itaipu no dia de hoje.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, mais uma questão: com a ausência do Sr. Presidente o Vice-Presidente assume.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Deputado Anibal Khury, Deputado Rosinha, não se licenciou do cargo, apenas se afastou no dia de hoje para representar a Assembléia. Conseqüentemente os atos que ele evidentemente tomou conhecimento nas sessões anteriores, cabe a ele as decisões. A minha presença aqui é temporária, apenas com relação à sessão de hoje. Razão pela qual não posso extrapolar a condição de Presidente da Assembléia. Mas, certamente no dia de amanhã ele dará uma resposta a Vossa Excelência.

Sobre a Mesa, requerimento de n° 952, de autoria do Sr. Deputado Durval Amáral, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 951, de autoria do Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O Requerimento é para saudar a Emissora pelos seus 14 anos de existência. Assembléia se congratula com a cidade de Irati e com a sua Emissora de Rádio.

Requerimento de n° 950, de autoria do Sr. Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 949, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 956, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno. Requerimento de n° 955, de autoria dos

Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Comunicamos aos Srs. Deputados que foram indicados por suas lideranças para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde. A Comissão vai se instalar na próxima quarta-feira, às 10 horas da manhã, na Sala das Comissões. Os Parlamen-

tes que foram indicados por suas Bancadas deverão comparecer para a instalação oficial e eleição do Presidente e Relator da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 026, 047, 067, 074, 111, 134, 135 e 138/91.

Lavanta-se a sessão.